

ESPECIAL **CNT**

20
23

**NOVA ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS**

8ª Edição

CNT / SEST SENAT / ITL

SUMÁRIO

Apresentação	3
1. A Esplanada dos Ministérios de Lula	4
2. Composição dos Ministérios	9
2.1. Ministério dos Transportes	15
2.2. Ministério de Portos e Aeroportos	17
2.3. Ministério das Cidades	20
3. Perfil das autoridades	20
3.1. Presidência da República	20
3.2. Ministérios	21
3.3. Estatais	24
4. Atos regulamentares	26

Expediente

Sistema CNT – SEST SENAT – ITL

Presidente do Sistema CNT
Vander Costa

MODAIS

Transporte Rodoviário de Passageiros
Vice-Presidente da CNT: Eudo Laranjeiras Costa
Presidente da Seção: Rubens Lessa

Transporte Rodoviário de Cargas
Vice-Presidente da CNT: Flávio Benatti
Presidente da Seção: Eduardo Ferreira Rebuzzi

Transporte Aquaviário de Cargas e Passageiros
Vice-Presidente da CNT: Raimundo Holanda Cavalcante Filho
Presidente da Seção: Waldemar Rocha Júnior

Transporte Ferroviário de Cargas e de Passageiros
Vice-Presidente da CNT: Fernando Paes
Presidente da Seção: Joubert Fortes Flores Filho

Transporte Aéreo de Cargas e de Passageiros
Vice-Presidente da CNT: Eduardo Sanovicz
Presidente da Seção: Jurema Monteiro

Infraestrutura de Transporte e Logística
Vice-Presidente da CNT: Paulo Gaba Junior
Presidente da Seção: Murillo Moraes Rego Corrêa Barbosa

CNT – SEST SENAT – ITL
Diretor Institucional da CNT
Valter Souza

Diretor Executivo da CNT
Bruno Batista

Diretora Executiva Nacional do SEST SENAT
Nicole Goulart

Diretor Executivo do ITL
João Victor Mendes

EQUIPE TÉCNICA
Assessoria Legislativa
Amanda Tabosa
Andrea Cavalcanti
Ariana Carvalho

Assessoria Governamental
Bruno Lustosa
Carolina Guimarães de Andrade
João Guilherme Abrahão
Maria Carolina Noronha
Thiago Ticchetti

Assessoria Trabalhista
Brunno Contarato
Frederico Toledo Melo

Gerente Executiva de Comunicação
Livia Cerezoli

Projeto, Editoração e Diagramação
Guelton Brito

Revisão
Filipe Linhares

Elaboração e Produção
Andrea Cavalcanti
Cibele Castro
João Guilherme Abrahão
Maria Carolina Noronha
Rachel Araújo

APRESENTAÇÃO

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse no dia 1º de janeiro de 2023 e anunciou a nova configuração da Esplanada dos Ministérios, assim como o nome dos titulares das estatais e das pastas do primeiro escalão do Governo Federal.

A oitava edição do Especial CNT¹ apresenta as mudanças realizadas e o quadro com a composição atual de todos os Ministérios, com o detalhamento da estrutura de Ministérios de maior importância para o setor transportador, como os ministérios dos Transportes; Portos e Aeroportos e das Cidades.

A publicação traz, ainda, informações sobre os ocupantes das entidades estatais de interesse para o desenvolvimento do setor, como a Petrobras, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Boa leitura!

**DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE**

1. As informações apresentadas decorrem de um levantamento realizado junto ao Diário Oficial da União, declarações dos novos ministros e publicações da imprensa. É necessário salientar que mudanças podem ocorrer a qualquer tempo.

1. A ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS DE LULA

Luiz Inácio Lula da Silva iniciou, em 1º de janeiro de 2023, o seu terceiro mandato como presidente da República, que é um feito inédito desde a redemocratização do Brasil. Com 77 anos, Lula tornou-se o 39º presidente brasileiro.

Após receber a faixa presidencial, Lula deu posse aos seus novos 37 ministros. Com a composição, o presidente acomodou aliados de nove partidos políticos diferentes em seu primeiro escalão governamental.



Em ato contínuo, o presidente Lula assinou a Medida Provisória (MPV) nº 1.154/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 1º de janeiro de 2023, em edição especial, que estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios. Com a publicação, o primeiro escalão ministerial passa a ser composto por 37 pastas, 31 ministérios e seis órgãos com *status* de ministérios.

A MP apresenta, entre os seus arts. 51 e 53, a origem dos órgãos que comporão a Esplanada a partir de 2023. Dos 37 órgãos mencionados na Medida Provisória, 13 já existiam na gestão anterior, 19 foram criados por desmembramento de pastas existentes, dois foram renomeados e três foram criados.

A MPV garantiu a **criação** de três novas pastas: o Ministério dos Povos Indígenas; a Secretaria de Comunicação Social, no âmbito da Presidência da República; e o Ministério da Igualdade Racial. Com o texto, consolidou-se a seguinte **transformação**: a Secretaria de Governo da Presidência da República transformou-se em Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e o Ministério do Meio Ambiente transformou-se em Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

RAIO-X DOS 37 MINISTÉRIOS

Gênero

 11 mulheres
 26 homens

Divisão partidária*



*11 ministros são filiados a nenhuma legenda.

Origem parlamentar

- ▶ 7 ministros são senadores eleitos ou em exercício.
- ▶ 8 ministros são deputados federais eleitos ou em exercício.

Ocorreu, ainda, o **desmembramento** de oito pastas antigas, as quais deram lugar a 19 novos Ministérios. São eles:

- ▶ O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério da Agricultura e Pecuária;
 - ▶ Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e
 - ▶ Ministério da Pesca e Aquicultura.

- ▶ O **Ministério da Cidadania** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e
 - ▶ Ministério do Esporte.

- ▶ O **Ministério do Desenvolvimento Regional** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério das Cidades; e
 - ▶ Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

- ▶ O **Ministério da Economia** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério da Fazenda;
 - ▶ Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
 - ▶ Ministério do Planejamento e Orçamento; e
 - ▶ Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

- ▶ O **Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério das Mulheres; e
 - ▶ Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

- ▶ O **Ministério da Infraestrutura** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério de Portos e Aeroportos; e
 - ▶ Ministério dos Transportes.

- ▶ O **Ministério do Trabalho e Previdência** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério da Previdência Social; e
 - ▶ Ministério do Trabalho e Emprego.

- ▶ O **Ministério do Turismo** desmembrou-se em:
 - ▶ Ministério da Cultura; e
 - ▶ Ministério do Turismo.

O texto prevê, ainda, sete órgãos de assessoramento ao presidente da República, dentre eles os conselhos de Governo; de Desenvolvimento Econômico-Social Sustentável; de Política Energética; do Programa de Parcerias de Investimentos; e de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, foram criados dois órgãos de consulta do presidente da República, a saber: os conselhos da República e de Defesa Nacional.

É importante observar que a Medida Provisória atribui à Casa Civil importantes competências que impactam a tomada de decisão sobre os investimentos em infraestrutura, transporte e logística, tais como:

- ▶ coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e apoio às ações setoriais necessárias à sua execução;
- ▶ implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego;
- ▶ coordenação, articulação e fomento de políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos.

A Medida Provisória precisa ser votada até 120 dias contados a partir de 2 fevereiro de 2023, quando o Congresso Nacional retomará suas atividades.

Além dos 37 ministros, Lula também anunciou que o líder do Governo Federal na Câmara dos Deputados será o deputado José Guimarães (PT/CE). Já no Senado Federal, será o senador Jaques Wagner (PT/BA); e, no Congresso Nacional, o líder será o senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

A Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será ocupada por Aloizio Mercadante, enquanto que a Caixa Econômica Federal será comandada por Rita Serrano, empregada do banco há 30 anos e membro do Conselho de Administração da instituição. Já para o Banco do Brasil foi indicada Tarciana Medeiros, empregada do banco desde 2000 e gerente executiva desde 2019.

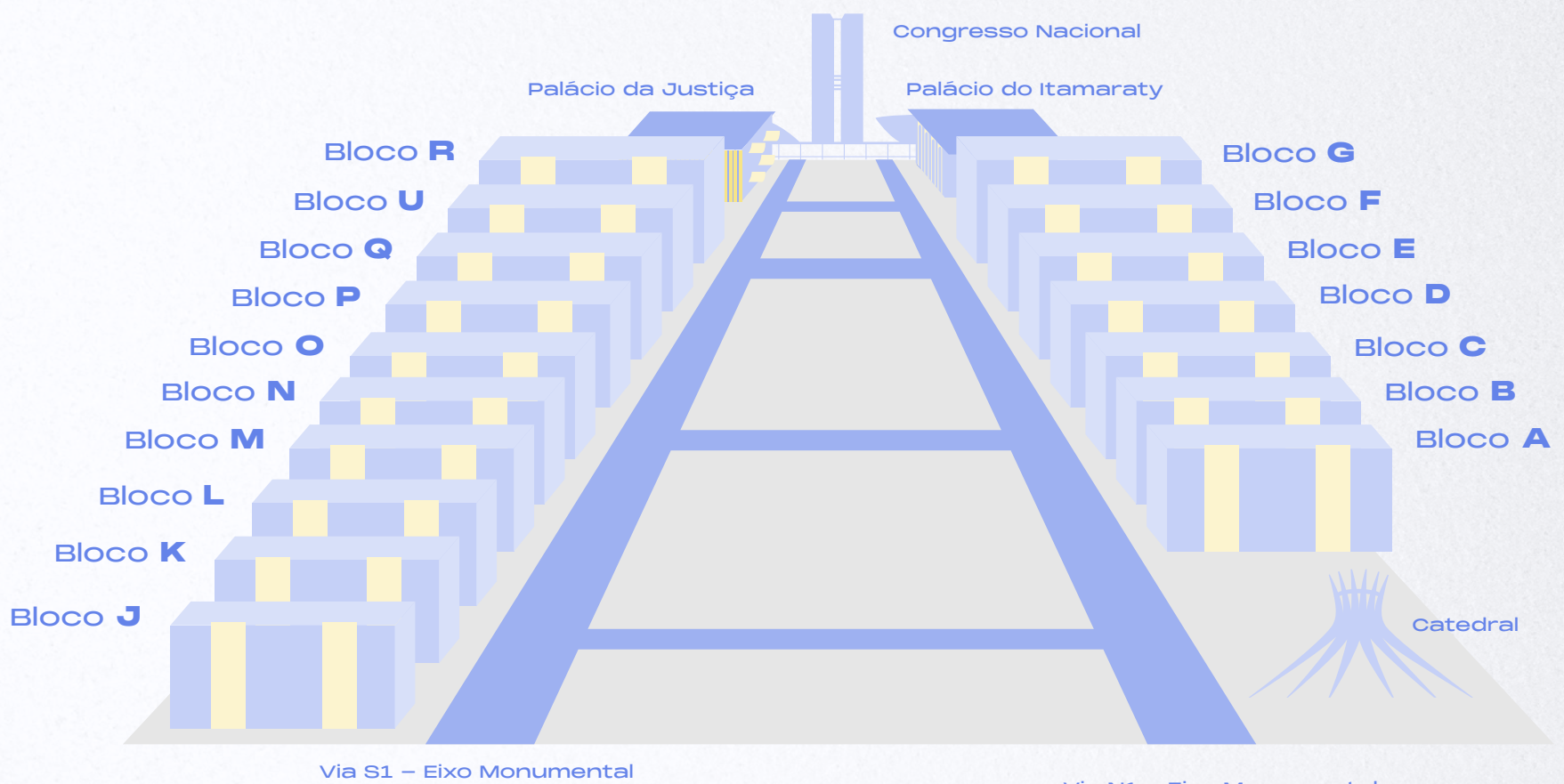
Ministérios serão orientados por diagnóstico do Governo de Transição.

O Governo de Transição, iniciado após o resultado das eleições de outubro de 2022, produziu um relatório final com os eixos temáticos abordados e com os pilares que deverão nortear os trabalhos dos futuros ministros e ministras. O material pode ser conferido neste [link](#).

ESPLANADA: EIXOS TEMÁTICOS

INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Advocacia-Geral da União ▶ Casa Civil ▶ Controladoria-Geral da União ▶ Defesa ▶ Gabinete de Segurança Institucional 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Justiça e Segurança Pública ▶ Relações Exteriores ▶ Secretaria de Relações Institucionais ▶ Secretaria de Comunicação Social ▶ Secretaria Geral
ECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços ▶ Fazenda ▶ Gestão e Inovação em Serviços Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Planejamento e Orçamento ▶ Trabalho e Emprego ▶ Turismo
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Cidades ▶ Ciência, Tecnologia e Inovação ▶ Comunicações ▶ Integração e Desenvolvimento Regional 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Minas e Energia ▶ Transportes ▶ Portos e Aeroportos
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Cultura ▶ Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome ▶ Direitos Humanos e da Cidadania ▶ Educação ▶ Esportes 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Igualdade Racial ▶ Mulheres ▶ Povos Indígenas ▶ Previdência Social ▶ Saúde
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Agricultura e Pecuária ▶ Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Meio Ambiente e Mudança do Clima ▶ Pesca e Aquicultura

OCUPAÇÃO FÍSICA DA ESPLANADA POR EIXOS



Bloco A

- ▶ Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome
- ▶ Direitos Humanos e Cidadania
- ▶ Esporte

Bloco B

- ▶ Meio Ambiente e Mudança do Clima

Bloco C

- ▶ Mulheres

Bloco D

- ▶ Agricultura e Pecuária
- ▶ Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- ▶ Pesca e Aquicultura

Bloco E

- ▶ Cidades
- ▶ Ciência, Tecnologia e Inovação
- ▶ Integração e Desenvolvimento Regional

Bloco F

- ▶ Trabalho e Emprego
- ▶ Previdência Social

Bloco F

- ▶ Saúde

Bloco H

Palácio do Itamaraty

- ▶ Relações Exteriores

Bloco J

- ▶ Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Bloco K

- ▶ Gestão e Inovação em Serviços Públicos
- ▶ Planejamento e Orçamento

Bloco L

- ▶ Educação

Bloco M

- ▶ Aeronáutica

Bloco N

- ▶ Marinha

Bloco O

- ▶ Exército

Bloco P

- ▶ Fazenda

Bloco Q

- ▶ Defesa

Bloco U

- ▶ Minas e Energia
- ▶ Turismo
- ▶ Cultura

Bloco R

- ▶ Transportes
- ▶ Comunicações
- ▶ Portos e Aeroportos

Bloco T

Palácio da Justiça

- ▶ Justiça e Segurança Pública

Palácio do Planalto

- ▶ Casa Civil
- ▶ Gabinete de Segurança Institucional (GSI)
- ▶ Secretaria de Comunicação Social
- ▶ Secretaria Geral da Presidência da República

Ainda não definido

- ▶ Igualdade Racial
- ▶ Povos Indígenas
- ▶ Secretaria de Relações Institucionais






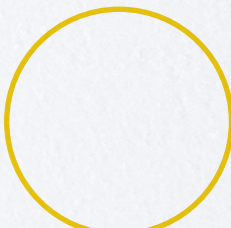

Advocacia-Geral da União (AGU)

SAUS Quadra 03, Lote 5, Ed. MultiBrasil Corporate, 14º Andar.




Controladoria-Geral da União (CGU)

SIG Quadra 02, Lotes 530 a 560, Edifício Sohste, 3º andar, Brasília/DF

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
INSTITUCIONAL	Advocacia-Geral da União (AGU)	 Jorge Messias	 Flávio Roman
	Casa Civil	 Rui Costa - PT	 Miriam Belchior - PT
	Controladoria-Geral da União (CGU)	 Vinícius de Carvalho	 Vânia Vieira
	Defesa	 José Múcio	 Luiz Henrique Pochyly da Costa
	Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	 Marco Gonçalves Dias	 Indefinido
	Justiça e Segurança Pública	 Flávio Dino - PSB	 Ricardo Capelli - PSB


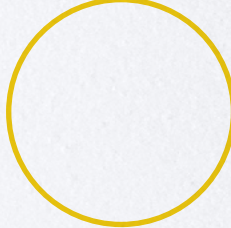


2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)	
INSTITUCIONAL	Relações Exteriores	 Mauro Vieira	 Maria Laura Rocha	
	Secretaria de Relações Institucionais	 Alexandre Padilha - PT	 Olavo Noletto Alves - PT	
	Secretaria de Comunicação	 Paulo Pimenta - PT	 Indefinido	
	Secretaria Geral da Presidência da República	 Márcio Macedo - PT	 Maria Fernanda Coelho	
	ECONOMIA	Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	 Geraldo Alckmin - PSB	 Márcio Elias Rosa
		Fazenda	 Fernando Haddad - PT	 Gabriel Galípolo

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
ECONOMIA	Gestão e Inovação em Serviços Públicos	 Esther Dweck	 Cristina Kiomi Mori
	Planejamento e Orçamento	 Simone Tebet - MDB	 Gustavo Guimarães
	Trabalho e Emprego	 Luiz Marinho - PT	 Francisco Macena da Silva
INFRAESTRUTURA	Turismo	 Daniela do Waguinho - União	 Indefinido
	Cidades	 Jader Filho - MDB	 Indefinido
	Ciência e Tecnologia	 Luciana Santos - PCdoB	 Indefinido

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
INFRAESTRUTURA	Comunicações	 Juscelino Filho - União	 Sônia Faustino Mendes
	Integração e Desenvolvimento Regional	 Waldez Góes - PDT	 Indefinido
	Minas e Energia	 Alexandre Silveira - PSD	 Indefinido
	Transportes	 Renan Filho - MDB	 Jorge Bastos
	Portos e Aeroportos	 Márcio França - PSB	 Roberto Gusmão

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
SOCIAL	Cultura	 Margareth Menezes	 Márcio Tavares - PT
	Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome	 Wellington Dias - PT	 Osmar Júnior - PCdoB
	Direitos Humanos e Cidadania	 Silvio Almeida	 Rita Cristina de Oliveira
	Educação	 Camilo Santana - PT	 Izolda Cella - PDT
	Esporte	 Ana Moser	 Juliana Picolli
	Igualdade Racial	 Anielle Franco - PT	 Roberta Eugênio dos Santos

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
SOCIAL	Mulheres	 Cida Gonçalves - PT	 Maria Helena Guarezi - PT
	Povos Indígenas	 Sonia Guajajara - Psol	 Eloy Terena
	Previdência Social	 Carlos Lupi - PDT	 Indefinido
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Saúde	 Nísia Trindade	 Swedenberg Barbosa
	Agricultura e Pecuária	 Carlos Fávaro - PSD	 Irajá Lacerda - PSD
	Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	 Paulo Teixeira - PT	 Fernanda Machiavelli - PT

2. COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS

Eixo	Ministério	Ministro(a)	Secretário(a)-executivo(a)
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Meio Ambiente e Mudança do Clima	 Marina Silva - Rede	 João Paulo Capobianco - PV
	Pesca e Aquicultura	 André de Paula - PSD	 Exedito Netto - PSD

2.1. Ministério dos Transportes

Dentre as mudanças promovidas, a Medida Provisória nº 1.154/2023 desmembrou o antigo Ministério da Infraestrutura em duas pastas: Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos.

A partir dessa alteração, o Ministério dos Transportes terá como competências específicas:

- I. política nacional de transportes ferroviário e rodoviário;
- II. política nacional de trânsito;
- III. participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes ferroviário e rodoviário, em articulação com o Ministério de Portos e Aeroportos;
- IV. elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica;

Renan Filho Ministro dos Transportes



Filiado ao MDB, foi eleito senador por Alagoas na eleição de 2022. De 2015 a 2022, foi governador de Alagoas, estado pelo qual também já foi eleito deputado federal.

Filho do senador Renan Calheiros, Renan Filho iniciou sua vida política como prefeito de Murici (AL) em 2004.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília. Segundo interlocutores, a escolha de Renan Filho aos Transportes se dá pelo desempenho de Alagoas no setor, quando foi governador do estado.

- V. estabelecimento de diretrizes para a representação do país em organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados relativos às suas competências; e
- VI. desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura ferroviária e rodoviária no âmbito de sua competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte de cargas e de passageiros.

A edição especial do Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023 trouxe também o [Decreto nº 11.360/2023](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do Ministério dos Transportes. O regulamento determina que o Ministério será composto da seguinte forma:

- ▶ Gabinete do Ministro;
- ▶ Secretaria-Executiva;
- ▶ Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário;
- ▶ Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário;
- ▶ Secretaria Nacional de Trânsito.

O regimento do Ministério prevê, ainda, que o Ministério dos Transportes contará com as seguintes entidades vinculadas:

- ▶ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e
- ▶ Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e
- ▶ Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (INFRA S.A.).²



2. O Decreto nº 11.081, de 24 de maio de 2022, que autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A nova empresa foi lançada como INFRA S.A., embora formalmente continue constituída como Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

2.2. Ministério de Portos e Aeroportos

A Medida Provisória nº 1.154/2023 separou o antigo Ministério da Infraestrutura em duas pastas: os ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos. O recém-criado Ministério de Portos e Aeroportos terá as seguintes competências:

- I. política nacional de transportes aquaviário e aeroviário;
- II. marinha mercante e vias navegáveis;
- III. formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- IV. formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- V. participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes aquaviário e aeroviário, em articulação com o Ministério dos Transportes;
- VI. elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica;
- VII. estabelecimento de diretrizes para a representação do país em organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados relativos às suas competências;
- VIII. desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres em seu âmbito de competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros; e
- IX. aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

Márcio França

Ministro de Portos e Aeroportos



França é advogado formado pela Universidade Católica de Santos (UniSantos). Inicialmente, foi oficial de justiça e se filiou ao Partido Socialista Brasileiro em 1988. Atualmente, é o presidente da Fundação João Mangabeira (PSB).

Em sua carreira política, foi vereador e prefeito de São Vicente, além de ter sido deputado federal por dois mandatos. Também atuou como secretário de Esporte, Lazer e Turismo; e, quando foi eleito vice-governador de São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin, acumulou o cargo de secretário de Desenvolvimento.

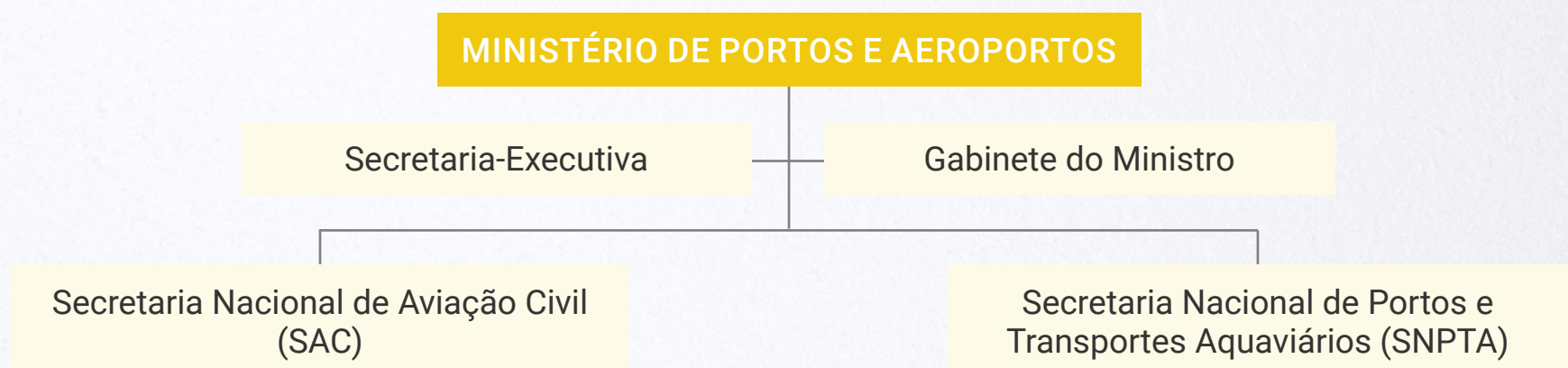
Por fim, assumiu o Governo de São Paulo em 2018. No Governo de Transição, Márcio fez parte do grupo de trabalho das Cidades.

A edição especial do Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023 trouxe também o [Decreto nº 11.354/2023](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do Ministério de Portos e Aeroportos. O regulamento determina que o Ministério será composto da seguinte forma:

- ▶ Gabinete do Ministro;
- ▶ Secretaria-Executiva;
- ▶ Secretaria Nacional de Aviação Civil;
- ▶ Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

O regimento do Ministério prevê, ainda, que o Ministério de Portos e Aeroportos contará com as seguintes entidades vinculadas:

- ▶ Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq;
- ▶ Agência Nacional de Aviação Civil - Anac;
- ▶ Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero;
- ▶ Companhia Docas do Ceará - CDC;
- ▶ Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba;
- ▶ Companhia Docas do Pará - CDP;
- ▶ Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern;
- ▶ Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; e
- ▶ Autoridade Portuária de Santos S.A.

**Entidades vinculadas:**

- ▶ Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq;
- ▶ Agência Nacional de Aviação Civil - Anac;
- ▶ Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero;
- ▶ Companhia Docas do Ceará - CDC;
- ▶ Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba;
- ▶ Companhia Docas do Pará - CDP;
- ▶ Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern;
- ▶ Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; e
- ▶ Autoridade Portuária de Santos S.A.

2.3 Ministério das Cidades

A Medida Provisória nº 1.154/2023 recriou, a partir do desmembramento do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério das Cidades, que havia sido extinto em 2019. A pasta terá como competências:

- I. política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano;
- II. políticas setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade e trânsito urbano, incluídas as políticas para os pequenos municípios e a zona rural;
- III. promoção de ações e programas de urbanização, de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural, de transporte urbano, de trânsito e de desenvolvimento urbano;
- IV. política de financiamento e subsídio à habitação popular, de saneamento e de mobilidade urbana;
- V. planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação e saneamento básico e ambiental, incluídos a zona rural, a mobilidade e o trânsito urbanos; e
- VI. participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento.

A edição especial do Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023 trouxe, também, o Decreto nº 11.333/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do Ministério das Cidades. O regulamento determina que o Ministério será composto da seguinte forma:

- ▶ Gabinete do Ministro;
- ▶ Secretaria-Executiva;
- ▶ Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano;
- ▶ Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana;
- ▶ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;
- ▶ Secretaria Nacional de Habitação;
- ▶ Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos.

O regimento da pasta prevê, ainda, que o Ministério das Cidades contará com as seguintes entidades vinculadas:

Jader Filho
Ministro das Cidades



É empresário do setor de comunicação e preside, atualmente, o diretório do MDB no Pará. É filho do senador Jader Barbalho (MDB) e irmão do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

De família tradicional no estado, seu avô, Laércio Barbalho, foi deputado estadual em várias legislaturas e idealizou o projeto do Diário do Pará, que hoje Jader Filho dirige.

O jornal pertence ao Grupo Rede Brasil Amazônia (RBA), que também possui emissoras de rádio e televisão em seu guarda-chuva. O controle acionário do conglomerado está com a família Barbalho.

- ▶ Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
- ▶ Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.



Entidades vinculadas:

- ▶ Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
- ▶ Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

3. PERFIL DAS AUTORIDADES

Conheça, nesta seção, o perfil de autoridades de outros ministérios e entidades públicas cujas ações também impactam o desenvolvimento do setor transportador.

3.1. Presidência da República



Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Lula tem 77 anos e assumiu a Presidência da República pela terceira vez, tornando-se o 39º presidente brasileiro. É ex-metalúrgico, ex-sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi eleito, em 1986, deputado federal por São Paulo e participou da Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Carta de 1988. Em 2022, foi eleito em segundo turno, com 50,9% dos votos válidos (60,3 milhões de votos), e tem como principais desafios recuperar a economia nacional e pacificar o país, que está extremamente polarizado politicamente.



Vice-Presidência da República
Geraldo Alckmin

Geraldo Alckmin foi eleito vice-presidente da República na chapa com Lula. Atualmente filiado ao PSB, foi um dos fundadores do PSDB e governador do estado de São Paulo entre 2001 e 2006 e entre 2011 e 2018. Alckmin disputou a Presidência da República por duas vezes: em 2006, quando perdeu no segundo turno para Lula; e, em 2018, quando ficou em quarto lugar. Médico pela Universidade de Taubaté, Alckmin já foi vereador, prefeito de Pindamonhangaba (SP), deputado estadual e também deputado federal, além de ter sido vice-governador de Mário Covas. Desempenhará as funções de vice-presidente e de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

3.2. Ministérios



Casa Civil
Rui Costa

O economista é um dos fundadores do diretório baiano do Partido dos Trabalhadores (PT). Em sua trajetória política, já ocupou os seguintes cargos: vereador de Salvador, deputado federal pela Bahia, secretário de Estado da Casa Civil da Bahia e, atualmente, é governador da Bahia. Apesar de a pasta que será comandada por Rui Costa ser primordial para a articulação política, ele deverá adotar um papel mais técnico. Em eventos públicos, ele tem falado sobre organizar a execução do orçamento público. Rui Costa foi eleito, em 2022, senador da República pelo estado da Bahia.



**Secretaria de Relações
Institucionais**
Alexandre Padilha

A Secretaria de Relações Institucionais (SRI), responsável pela coordenação política do governo e interlocução com o Congresso, será novamente comandada por Padilha. A pasta tem *status* de ministério e já foi comandada por ele no primeiro Governo Lula. No Governo Dilma, foi ministro da Saúde. Em sua gestão, foi criado o programa “Mais Médicos”; e o número de vagas para o curso de medicina aumentou em todo o Brasil. Padilha venceu, em 2022, sua segunda eleição de deputado federal pelo estado de São Paulo.



Ministério da Fazenda
Fernando Haddad

É advogado e professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), instituição pela qual se graduou bacharel em direito, mestre em economia e doutor em filosofia. Trabalhou como analista de investimento no Unibanco e foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo. Além disso, integrou o Ministério do Planejamento do Governo Lula durante a gestão de Guido Mantega (2003–2004), oportunidade na qual elaborou o projeto de lei que instituiu as parcerias público-privadas (PPPs) no Brasil. Haddad foi ministro da Educação e, também, foi prefeito de São Paulo.



**Ministério do Planejamento
e Orçamento**
Simone Tebet

Senadora pelo Mato Grosso do Sul, concorreu à Presidência da República nas últimas eleições, ficando em terceiro lugar no primeiro turno. No segundo turno, juntou-se à campanha de Lula. É advogada e ruralista, tendo atuado também como professora de direito público e administrativo. Já foi deputada estadual, prefeita de Três Lagoas (MS) e vice-governadora do estado, quando também ocupou a Secretaria de Governo.

3.2. Ministérios



Ministério de Minas e Energia
Alexandre Silveira

Alexandre Silveira (PSD) foi senador da República por Minas Gerais, como suplente de Antonio Anastasia, que renunciou ao mandato (2015-2023) e assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). É presidente do PSD mineiro desde 2014. Formado em direito, é delegado aposentado da Polícia Civil de Minas Gerais em 1997. Também já trabalhou no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Silveira já foi deputado federal por Minas Gerais e secretário de Saúde e de Gestão Metropolitana em Minas. Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e membro da Mesa da Casa. Foi relator da PEC da Transição no Senado Federal.



Controladoria-Geral da União - CGU
Vinícius Marques

Anunciado para a Controladoria-Geral da União, órgão de controle interno do Governo Federal que atua em fiscalizações por meio de auditorias e ações de combate à corrupção, Vinícius Marques de Carvalho foi presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e secretário de Defesa Econômica (SDE) do Ministério da Justiça do Governo de Dilma entre 2012 e 2016. No segundo Governo de Lula, foi conselheiro do CADE e integrou, como chefe de gabinete, a equipe da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Marques é doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e em direito comparado pela *Université Paris 1 Pantheon Sorbonne*. Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Governo Federal.



Advocacia-Geral da União - AGU
Jorge Messias

É procurador da Fazenda Nacional e foi subchefe de Assuntos Jurídicos na Casa Civil, durante o governo de Dilma Rousseff. Também atuou nos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e Inovação, foi procurador do Bacen, conselheiro fiscal do BNDES e, recentemente, foi assessor parlamentar do senador Jaques Wagner (PT/BA). É graduado em direito e doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.



Ministério do Trabalho
Luiz Marinho

Luiz Marinho é o atual presidente estadual do Partido dos Trabalhadores em São Paulo e foi eleito deputado federal pelo partido, no estado, nas eleições deste ano. É formado em direito e possui grande atuação como sindicalista. Já foi ministro do Trabalho e também da Previdência Social nos primeiros mandatos de Lula. Marinho foi prefeito de São Bernardo do Campo na região metropolitana de São Paulo, entre 2009 e 2016.

3.2. Ministérios



**Ministério da Justiça e
Segurança Pública**
Flávio Dino

É advogado, professor e ex-magistrado. Foi secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente da Embratur. Em sua trajetória política, foi deputado federal, governador do estado do Maranhão e, nas eleições de 2022, foi eleito senador da República pelo mesmo estado.



Ministério da Educação
Camilo Santana

Com o fim do seu segundo mandato como governador do Ceará, Camilo (PT/CE) foi eleito senador da República. Já foi deputado estadual do Ceará e secretário estadual de Desenvolvimento Agrário e de Cidades. Foi também servidor público federal, atuando como analista ambiental e, posteriormente, como superintendente do Ibama. É bacharel em agronomia e mestre em desenvolvimento e meio ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Na equipe do Governo de Transição, foi um dos coordenadores do grupo técnico de Desenvolvimento Regional.



**Ministério do Desenvolvimento
Social, Assistência, Família e
Combate à Fome**
Wellington Dias

Filiado ao PT, foi governador do Piauí por quatro mandatos e, nessa última eleição, foi eleito senador pelo estado. A pasta de Desenvolvimento Social é responsável, principalmente, por gerir programas de auxílio social. Formado em letras, Dias exerceu o cargo de senador entre 2011 e 2015 e já foi também vereador, deputado estadual e deputado federal. Aposentado da Caixa Econômica Federal, foi presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Piauí entre 1989 e 1992.



Ministério da Saúde
Nísia Trindade

É graduada em ciências sociais, mestre em ciência política e doutora em sociologia. Ocupou, desde 2017, o cargo de presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e é a primeira mulher a assumir o cargo de ministra da Saúde. Foi diretora da Casa de Oswaldo Cruz, coordenou a Editora Fiocruz e foi professora de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde e em Sociologia. Sua atuação durante a pandemia da Covid-19 ganhou notoriedade pela coordenação do acordo com a Universidade de Oxford para a produção no Brasil da vacina junto com a farmacêutica AstraZeneca e criação do Observatório Covid-19.

3.2. Ministérios



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Waldez Góes

Servidor público e filiado ao PDT desde 1989. Foi governador do Amapá por quatro mandatos (eleito em 2002, 2006, 2014 e 2018), finalizando o último mandato em 2022. Também foi deputado estadual no Amapá por dois mandatos, nos anos 1990. Sua indicação para a pasta partiu do senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP).



Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva

Eleita deputada federal por São Paulo, Marina Silva é historiadora, professora, psicopedagoga, ambientalista e política brasileira filiada à Rede Sustentabilidade (REDE). Já exerceu os cargos de senadora pelo Acre, entre 1995 e 2011, e de ministra do Meio Ambiente, entre 2003 e 2008, além de candidatar-se, em 2010, 2014 e 2018, à Presidência da República. Como ministra do Meio Ambiente, deverá defender as bandeiras levantadas em campanha para deputada federal: atualização da agenda socioambiental do Brasil; criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática; bem como implementação do mercado de carbono no país.



Ministério do Turismo

Daniela Souza
(Daniela do Waguinho)

É pedagoga e filiada ao União Brasil. Casada com o prefeito de Belford Roxo (RJ), Wagner dos Santos Carneiro, foi reeleita deputada federal, sendo a candidata à Câmara dos Deputados mais votada no Rio de Janeiro. Já foi professora do ensino fundamental e trabalhou na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Possui pós-graduação em Psicomotricidade pela Universidade Cândido Mendes. Foi secretária de Assistência Social e Cidadania do Rio de Janeiro e secretária municipal de Assistência Social e Cidadania de Belford Roxo (RJ).

3.3. Estatais



BNDES

Aloizio Mercadante

É bacharel em economia pela Universidade de São Paulo, mestre em ciência econômica pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em teoria econômica pela Universidade Estadual de São Paulo. É professor licenciado de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas. Foi deputado federal por São Paulo em dois mandatos (1991-1995 e 1999-2003) e senador da República pelo mesmo estado (2003-2011). No Governo Federal, já ocupou o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia e ministro da Educação. Na eleição de 2022, foi coordenador do Programa de Governo do então candidato Lula. Após a vitória, assumiu o cargo de coordenador técnico da transição de governo.

3.3. Estatais



Caixa Econômica Federal
Rita Serrano

Empregada da Caixa Econômica Federal desde 1989, ocupou várias funções no banco. Rita Serrano é empregada de carreira da Caixa e participa do Conselho de Administração da Caixa desde 2014. É mestre em administração e graduada em estudos sociais e história, com especialização em governança corporativa para conselheiros. Tem longa trajetória no movimento sindical e social, tendo presidido o Sindicato dos Bancários do ABC entre 2006 e 2012.



Banco do Brasil
Tarciana Medeiros

É empregada de carreira do banco há 22 anos. Já ocupou diversas funções na organização e, atualmente, atua como executiva na Diretoria de Clientes da instituição financeira. É a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente no banco. Ela é formada em administração de empresas, com pós-graduação em marketing, liderança e gestão.



Petrobras
Jean Paul Prates

Jean Paul Prates assumiu vaga no Senado Federal, quando da saída de Fátima Bezerra (PT), em 2018, para o Governo do estado do Rio Grande do Norte. Foi indicado para a Presidência da Petrobras no Governo do presidente Lula. O político tem mais de 30 anos de trabalho no setor energético e participou do grupo técnico de Minas e Energia do Governo de Transição. A indicação precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração da estatal. Já se manifestou diversas vezes contra a política de preços de combustíveis da Petrobras e defende a criação de fundo de estabilização de preços.

4. ATOS REGULAMENTARES

Nesta seção, o leitor pode acessar os primeiros regulamentos publicados no Diário Oficial da União, em edição especial do dia 1º de janeiro de 2023, e que estabelecem as estruturas regimentais e os quadros demonstrativo dos cargos para os Ministérios do novo Governo:

Presidência: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.325-de-1-de-janeiro-de-2023-455350098>

Vice-Presidência: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.326-de-1-de-janeiro-de-2023-455349951>

Ministério das Cidades: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.333-de-1-de-janeiro-de-2023-455350836>

Ministério de Portos e Aeroportos: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.354-de-1-de-janeiro-de-2023-455351372>

Ministério dos Transportes: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.360-de-1-de-janeiro-de-2023-455354489>

Advocacia-Geral da União: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.328-de-1-de-janeiro-de-2023-455352807>

Casa Civil: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.329-de-1-de-janeiro-de-2023-455352575>

Controladoria-Geral da União: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.330-de-1-de-janeiro-de-2023-455352915>

Gabinete de Segurança Institucional: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.331-de-1-de-janeiro-de-2023-455352183>

Ministério da Agricultura: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.332-de-1-de-janeiro-de-2023-455352438>

Ministério da Ciência e Tecnologia: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.334-de-1-de-janeiro-de-2023-455351071>

Ministério das Comunicações: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.335-de-1-de-janeiro-de-2023-455350756>

Ministério da Cultura: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.336-de-1-de-janeiro-de-2023-455350609>

Ministério da Defesa: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.337-de-1-de-janeiro-de-2023-455353231>

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.338-de-1-de-janeiro-de-2023-455353276>

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.339-de-1-de-janeiro-de-2023-455350923>

Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.340-de-1-de-janeiro-de-2023-455353165>

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.341-de-1-de-janeiro-de-2023-455353022>

Ministério da Educação: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.342-de-1-de-janeiro-de-2023-455351302>

Ministério do Esporte: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.343-de-1-de-janeiro-de-2023-455352325>

Ministério da Fazenda: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.344-de-1-de-janeiro-de-2023-455352949>

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.345-de-1-de-janeiro-de-2023-455351218>

Ministério da Igualdade Racial: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.346-de-1-de-janeiro-de-2023-455353508>

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.347-de-1-de-janeiro-de-2023-455354183>

Ministério da Justiça e Segurança Pública: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.348-de-1-de-janeiro-de-2023-455353933>

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.349-de-1-de-janeiro-de-2023-455353423>

Ministério de Minas e Energia: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.350-de-1-de-janeiro-de-2023-455353531>

Ministério das Mulheres: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.351-de-1-de-janeiro-de-2023-455353848>

Ministério da Pesca e Aquicultura: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.352-de-1-de-janeiro-de-2023-455351326>

Ministério do Planejamento e Orçamento: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.353-de-1-de-janeiro-de-2023-455354358>

Ministério dos Povos Indígenas: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.355-de-1-de-janeiro-de-2023-455351349>

Ministério da Previdência Social: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.356-de-1-de-janeiro-de-2023-455354013>

Ministério das Relações Exteriores: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.357-de-1-de-janeiro-de-2023-455354041>

Ministério da Saúde: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.358-de-1-de-janeiro-de-2023-455353763>

Ministério do Trabalho e Emprego: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.359-de-1-de-janeiro-de-2023-455354443>

Ministério do Turismo: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.361-de-1-de-janeiro-de-2023-455354273>

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.362-de-1-de-janeiro-de-2023-455353678>

Secretaria-Geral da Presidência da República: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.363-de-1-de-janeiro-de-2023-455354466>

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.364-de-1-de-janeiro-de-2023-455351395>



 **O TRANSPORTE
MOVE O BRASIL**

CNT / SEST SENAT / ITL